

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte JESPClass.: 15Data 05/03/68

Pg.: _____

Dos Leitores Índios - FUNAI B 141
111.3
FUNAI explica a expedição Calleri

O sr. José de Queirós Campos, presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a propósito da expedição do padre Calleri, enviou à redação desta folha a seguinte carta: "Senhor redator — "Não me move nenhum intuito polemico, mas o dever de informar, que nos tem tomado algum tempo na tarefa ingente de levar a Fundação Nacional do Índio a cumprir, nos estritos termos legais, a tutela do índio, que lhe foi confiada, dentro das ordenadas principais que defluiam da Instrução 107 da OIT, transformada em lei em 1966, e da Lei que a institui, vigente em janeiro deste ano: respeitar os costumes e instituições tribais e não retardar a aculturação do sítio.

Desejo inicialmente lembrar que a política indigenista, gizada naqueles dois diplomas legais, vem sendo definida pelo ministro do Interior e pelo Conselho Diretor da FUNAI, que só se instituiu no dia 29 de julho do corrente ano.

Muitas providências tomadas, entre fevereiro e julho, no sentido do cumprimento, pela FUNAI, das suas obrigações legais, não foram ditadas pelo seu Conselho Diretor, mas por mim, então delegado Ministerial e a culpa dos erros me cabe, pessoalmente, nunca ao senhor ministro de Estado, embora tenha eu, em cada oportunidade, procurado ouvir os Departamentos Jurídicos, de Estudos e Pesquisas, de Patrimônio e de Assistência. Foi-me valiosa, sobretudo, a assessoria do sr. José da Gama Malcher, diretor do Departamento de Patrimônio Indígena, que conhece os índios, pela vivência de trinta anos, discípulo de Kurt Nimundaju, realmente, nos dois últimos decênios, até a quinta década deste século, a maior autoridade que conhecemos, em matéria de indigenismo brasileiro, considerando o problema sob o ângulo da antropologia social.

Cientistas não se improvisam, muito menos sertanistas habilitados à atração dos silvícolas, naquilo que os civilizados convencionaram chamar de "pacificação", simples aspecto meramente tático da fricção interétnica inelutável, agora agravada com a necessidade, tão reclamada, da "ocupação do território", já ocupado pelos nossos índios.

A FUNAI tem procurado convocá-los, ao menos como assessores, gratuitos ou remunerados, dos seus quadros dirigente e administrativo. No seu Conselho Diretor se encontram antropólogos, juristas e médicos afetos à problemática indigenista, alguns já tendo executado tarefas de sertanismo nas comunidades indígenas.

Ocorre, no entanto, que as chamadas missões de pacificação foram organizadas antes que se constituísse o Conselho Diretor da FUNAI, sob a pressão de invasões do território indígena por frentes pioneiras, noticiados, já, alguns conflitos, por vezes cruéis.

Não dispunhamos de número suficiente de sertanistas, disponíveis a cumprir a divisa de Rondon: "Morrer, se preciso fôr, matar nunca". Os discípulos do grande soldado eram pouquíssimos: muitos morreram ou envelheceram, outros se afastaram do extinto SPI, alguns estavam prestando serviços na direção de Impérias Ajudâncias da FUNAI.

Dispunhamos dos irmãos Vilasboas, de Francisco Meireles, Antônio Peret, Cotrim e Gilberto, para essas missões e todos foram mobilizados, com êxito. Não havia, porém, quem mandar em segunda expedição aos Waimiris e Atroaris, no Amazonas e aos "Canoeiros" e aos "Beijos-de-Pau", em Mato Grosso. Aceitei, em consequência, ainda Delegado Ministerial, a colaboração do Padre

tribos de Roraima, na região por onde passará a rodovia Caracaraí-Manaus. Mas, agindo sob pressão, compulsado à penetração pelo igarapé Santo Antônio — de onde a FUNAI retirou o sertanista Gilberto, ante a promiscuidade dos índios com os elementos da frente pioneira — o Padre Calleri, assumindo o peso de enorme responsabilidade, aceitou pôr de lado o plano pelo Alalau, para uma penetração por terra com o objetivo de convencer a retirada dos índios do eixo de rodovia.

"Infelicitas facta!" Foi sacrificado, com seus companheiros, sem um arranhão à incolumidade física dos índios. De sua prodigiosa força moral — que só a Fé apostólica e a confiança científica explicariam — fique o exemplo, como já temos os frutos: Rondon não foi esquecido, a Igreja ganhou mais um mártir e o Brasil se ressarciu do nojo que o sacrifício de índios nos trouxe na imprensa mundial.

Não tenho de que me arrepender, pela aceitação dos serviços gratuitos do Padre Calleri. E divido com os bravos e esclarecidos Irmãos da Consolata o possível ônus desse insucesso, consciente, sobre tudo, de que a ciência e a experiência não nos oferecem, ainda, método infalível de aproximação sem o sacrifício dos índios.

Pareceu-me que o método do Padre Calleri era o mais próprio, com vistas à integração, que a Instrução 107 aconselha; como me parece que o método dos Irmãos Vilasboas é o mais próprio à inteira preservação dos costumes e instituições tribais, enquanto se aceite a tese de que as frentes pioneiras devem respeitar, totalmente, as reservas indígenas.

"Deus escreve certo por linhas tortas" — foi o brocado brasileiro que mais impressionou Bernanos. Talvez o Padre Calleri, escrevendo com o seu sangue uma bela página do nosso indigenismo, tenha sido um agiografo dessa nova fase, abrindo caminho ao exame de um desafio: "ocupar o território" sem o sacrifício do seu possesso natural, o índio brasileiro.

Sirvam tais esclarecimentos para que os brilhantes topicistas do "Estado de S. Paulo" possam julgar, com aquela equidade que é a inspiração essencial da Justiça, a conduta da FUNAI e o sacrifício do Padre Calleri, cientes de que não desprezamos a ciência mas não podemos improvisar antropólogos e indigenistas.